



UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COSEAC - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
FeSaúde - FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE / NITERÓI
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS DO
QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO
EDITAL Nº 1/2020



Leia atentamente todas as informações da Capa do Caderno de Questões antes de começar a Prova

Emprego: CONTADOR

**NÍVEL:
SUPERIOR**

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato
(Parte integrante do Edital – subitem 11.2)

- Ao receber este **Caderno de Questões**, confira se o emprego indicado é aquele para o qual você está concorrendo, se não for notifique imediatamente ao Fiscal. Você será responsável pelas consequências se fizer a Prova para um emprego diferente daquele a que concorre.
- Além deste **Caderno de Questões**, você deverá ter recebido o **Cartão de Respostas**.
- Verifique se constam deste Caderno, de forma legível, **50 questões de múltipla escolha** e espaços para rascunho. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Confira seus dados com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Se eles estiverem corretos, assine o **Cartão de Respostas** e leia atentamente as instruções para seu preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Caderno de Questões** ou do **Cartão de Respostas** se você cometer erros ou rasuras durante a prova.
- Sob pena de eliminação do concurso, não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos ou desenhos, ou portar qualquer material que sirva de consulta ou comunicação.
- Cada questão objetiva apresenta cinco opções de respostas, sendo apenas uma delas a correta. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída pontuação zero à questão da Prova que contiver mais de uma ou nenhuma opção assinalada, emenda ou rasura.
- O tempo disponível para você fazer esta Prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas** é, no mínimo, de **uma hora e trinta minutos** e, no máximo, de **quatro horas**.
- Use somente caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**. Não é permitido uso de lápis mesmo que para rascunho.
- Terminando a prova, entregue ao Fiscal o **Cartão de Respostas** assinado e com a frase abaixo transcrita, a não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.
- Somente será permitido **na última hora** que antecede ao término da Prova levar o **Caderno de Questões**.

FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO QUADRO “EXAME GRAFOTÉCNICO”

A felicidade e a saúde são incompatíveis com a ociosidade.

Aristóteles

Tópico: Língua Portuguesa

Texto 1: Sobre Ciências Sociais Aplicadas (fragmento adaptado)

<https://www.blogdoead.com.br/administracao-ou-ciencias-contabeis-diferencas-e-semelhancas>

A Administração e a Contabilidade são ofícios inseridos em uma mesma área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas. Nesse campo de conhecimento, estão as profissões que se dedicam a entender as necessidades da sociedade e traduzi-las em soluções. Enquanto o Administrador tem como foco gerenciar pessoas, recursos e processos em prol de uma organização, o Contador tem como missão garantir a sustentabilidade econômico-financeira dessa organização.

Ao analisar a base de formação dessas duas áreas, fica claro que ambas apresentam algumas disciplinas semelhantes e outras nem tanto. Por exemplo: Contabilidade é uma matéria dentro de um Curso de Administração, assim como Administração é uma disciplina que consta na grade curricular de um Curso de Ciências Contábeis, o que demonstra a interdisciplinaridade de conhecimentos.

Além disso, ambas as ciências compartilham disciplinas do território de Exatas, como Matemática Financeira, Gestão Financeira e Estatística, por exemplo. As demais matérias são bastante diversas, pois têm a ver com a finalidade de cada área de atuação.

A faculdade de Administração forma profissionais com visão global sobre todo tipo de organizações, como empresas privadas, órgãos públicos e organizações não governamentais. O profissional formado em Administração deve entender o funcionamento de uma empresa como um todo. Para tanto, tem uma formação multidisciplinar que engloba contabilidade, finanças, gestão de pessoas, logística, marketing e compras, entre outros conhecimentos.

Já a faculdade de Ciências Contábeis, por sua vez, forma profissionais focados em apenas uma das áreas que constituem uma empresa: a contabilidade. Nesse setor, o profissional é responsável por garantir a saúde econômico-financeira da organização, por isso, lida com entradas e saídas de dinheiro e seus impactos presentes e futuros no empreendimento.

As perspectivas das duas carreiras podem variar bastante, dependendo unicamente dos objetivos que cada um tem para o seu futuro profissional. Tanto a Administração quanto as Ciências Contábeis permitem ascensão a cargos de diretoria, como CEO (Chief Executive Officer) e CFO (Chief Financial Officer), por exemplo.

Administradores e Contadores que se reciclam são profissionais com grandes chances de ascender profissionalmente. Para se dar bem em qualquer uma das duas carreiras, e em qualquer ofício, basta investir em qualificação profissional: graduação, pós-graduação e reciclagens.

01 A palavra “interdisciplinaridade” estabelece vínculos de aproximação entre diferentes ramos de conhecimento. Sobre a relação entre a Administração e as Ciências Contábeis presente no texto, pode-se afirmar que

- (A) Ambas apresentam ações relativamente opostas em sua área de atuação.
- (B) Ambas trabalham em busca de soluções para as necessidades da sociedade.
- (C) Ambas lidam com entrada e saída de dinheiro e com a saúde da empresa.
- (D) Ambas podem se despreocupar com a língua portuguesa porque lidam apenas com números.
- (E) Ambas compartilham disciplinas de exatas, como Matemática Financeira, Gestão de Pessoas, Geografia e Estatística.

Para as duas questões seguintes, analise o fragmento: “Nesse campo de conhecimento, estão as profissões que se dedicam a entender as necessidades da sociedade e traduzi-las em soluções”.

02 O “que” presente no período acima funciona como

- (A) Interjeição.
- (B) Conjunção integrante.
- (C) Pronome relativo.
- (D) Partícula de realce.
- (E) Advérbio.

03 O pronome da expressão “traduzi-las” refere-se, especificamente, a

- (A) Formação.
- (B) Profissões.
- (C) Sociedades.
- (D) Soluções.
- (E) Necessidades.

04 A relação lógico-semântica estabelecida pelas expressões sublinhadas na frase “Tanto a Administração quanto as Ciências Contábeis permitem ascensão a cargos de diretoria” é a de

- (A) Proporção.
- (B) Finalidade.
- (C) Comparação.
- (D) Concessão.
- (E) Consecução.

Para a próxima questão, considere o uso das vírgulas em:

1. Administradores e Contadores que sempre se reciclam são profissionais com grandes chances de ascender profissionalmente.
2. Administradores e Contadores, que sempre se reciclam, são profissionais com grandes chances de ascender profissionalmente.

05 Da construção de sentidos possível que a pontuação apresentada pode criar, entende-se que

- (A) No 1, fala-se de alguns profissionais, apenas os que se reciclam.
- (B) No 2, fala-se de alguns profissionais, apenas os que se reciclam.
- (C) Não há diferença de sentido nos dois períodos.
- (D) No 1, fala-se de todos os profissionais, pois todos se reciclam.
- (E) No 2, fala-se de todos os profissionais, mas nenhum se recicla.

Texto 2: Lucros e perdas VI (Cora Coralina)

Reveno o passado,
balanceando a vida...
No acervo do perdido,
no tanto do ganhado
está escriturado:
"- Perdas e danos, meus acertos.
- Lucros, meus erros.
Daí a falta de sinceridade nos
meus versos."

06 Considerando o jogo de sentidos permitido pelo gênero poema, a expressão “balanceando” joga com duas possibilidades de significação, que podem ser:

- (A) Perder e negar.
- (B) Oscilar e equilibrar.
- (C) Ganhar e aprovar.
- (D) Lucrar e investir.
- (E) Analisar e contabilizar.

07 Os grupos dos verbos “perdido, ganhado e escriturado” e “reveno e balanceando” são formas nominais, utilizadas para estabelecer relação de tempo. Os dois grupos, respectivamente, referem-se a

- (A) Atos que acontecerão no futuro – Atos do presente.
- (B) Atos do passado – Atos que estão acontecendo agora.
- (C) Atos que estão acontecendo agora – Atos que acontecerão no futuro.
- (D) Atos do passado – Outros atos do passado.
- (E) Atos que estão acontecendo agora – Atos do presente.

08 Considerando as intenções possíveis presentes no poema, as palavras “acervo” e “tanto”, respectivamente, são:

- (A) Substantivo e substantivo.
- (B) Adjetivo e advérbio.
- (C) Adjetivo e adjetivo.
- (D) Substantivo e advérbio.
- (E) Advérbio e advérbio.

Texto 3:



<http://www.alvinhopatriota.com.br/tag/charge/>

09 Para fugir do vício do gerundismo, considerando as expressões faciais dos personagens, as construções em destaque estariam mais adequadas da seguinte forma:

- (A) Pode passar no DP, que providenciaram sua demissão, porque talvez a empresa será desativada.
- (B) Esteja a passar no DP para que providenciem sua demissão, porque a empresa está talvez a ser desativada.
- (C) Esteja passando no DP para que providenciem sua demissão, porque a empresa deve ser desativada.

- (D) Passe no DP, pois estão providenciando para que seja demitida, porque talvez a empresa seja desativada.
- (E) Passe no DP, pois estão providenciando para que seja admitida, porque talvez a empresa vai ser desativada.

10 O “que”, o “para que” e o “porque”, presentes na fala do personagem, são expressões conjuntivas que têm valor:

- (A) Final – Final – Explicativo.
(B) Final – Explicativo – Final.
(C) Explicativo – Final – Final.
(D) Explicativo – Explicativo – Final.
(E) Explicativo – Final – Explicativo.

Tópico: Conhecimentos Específicos

11 Um importante ramo da contabilidade é a contabilidade financeira, que tem como principal objetivo coletar e processar todos os dados financeiros e contábeis de uma organização, seguindo princípios e normas dos órgãos técnicos e reguladores. No processo de contabilização, em uma fundação de direito privado, esses princípios e normas devem ser observados. Neste contexto, no reconhecimento da receita e da despesa, aplicam-se os seguintes princípios:

- (A) De caixa para receita e de caixa para despesa.
(B) Competência para receita e competência para despesa.
(C) De caixa para receita e opcional para despesa.
(D) Competência para receita e opcional para despesa.
(E) Opcional para receita e de competência para despesa.

12 As fundações, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, devem observar, em todas as suas operações e demonstrações contábeis, elaboradas e apresentadas, as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No que se refere a “Reconhecimento” a Interpretação Técnica Geral – ITG2002(R1) relaciona critérios que devem ser observados pelas Entidades sem fins lucrativos. Considerando os critérios elencados na citada interpretação técnica. Leia os itens abaixo e em seguida marque a opção que relaciona apenas

os itens que apresentam critérios a serem observados pelas Fundações de direito privado.

- I O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte do que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.
- II Os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações, para a prestação de contas exigida por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.
- III A dotação inicial, disponibilizada pelo instituidor/fundador, em ativo monetário ou não monetário, no caso das fundações, é considerada doação patrimonial e reconhecida, em conta do patrimônio social.
- IV As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas.
- V No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período.

- (A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I, III e V.
(D) II, III e V.
(E) III, IV e V.

13 Como ocorre com outras entidades e organizações, a Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde dispõe de um Estatuto, em que estão definidos, de forma clara, a sua estrutura e o seu funcionamento organizacional. Assim, cada órgão que compõe essa estrutura consta desse Estatuto, juntamente com as suas competências e responsabilidades. Naquele que trata das demonstrações contábeis e do relatório

circunstanciado das atividades realizadas no exercício anterior, o Estatuto da FeSaúde estabelece que serão examinados e aprovados pelo(a):

- (A) Diretoria Financeira.
- (B) Diretoria Executiva.
- (C) Conselho Administrativo.
- (D) Conselho Fiscal.
- (E) Conselho Curador.

14 A Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, fundação pública de direito privado, conforme seu Estatuto, submeter-se-á às disposições da Lei de Licitações e Contratos e demais legislações pertinentes, podendo elaborar Regulamento Especial, nos termos da lei, observados os princípios que regem a Administração Pública. Considerando as definições constantes da Seção II da Lei de Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93, é **INCORRETA** a seguinte definição:

- (A) Execução direta - a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios.
- (B) Compra - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.
- (C) Alienação - toda transferência de domínio de bens a terceiros.
- (D) Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada estritamente por execução própria.
- (E) Seguro-Garantia - o seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos.

15 Durante um trabalho de conscientização da população, quanto aos riscos à saúde causados por determinada enfermidade, se fez necessário que alguns assistentes administrativos da FeSaúde, que trabalham 8 (oito) horas diárias, excedessem sua carga normal e fizessem horas extras. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de:

- (A) Uma hora diária, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

- (B) Duas horas diárias, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- (C) Três horas diárias, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- (D) Quatro horas diárias, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- (E) Cinco horas diárias, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

16 De acordo com o Estatuto da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, Decreto Municipal nº 13.323/2019 compete, privativamente, ao seu Conselho Curador, o envio da prestação de contas do exercício anterior ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhada, no exercício seguinte, até:

- (A) 15 de março.
- (B) 31 de março.
- (C) 15 de abril.
- (D) 30 de abril.
- (E) 30 de junho.

17 Segundo Castro (2018), “o termo *compliance* tem origem no verbo inglês *to comply*, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido”. Tendo em vista que em português não existe tradução para o termo, o mesmo tem recebido variadas interpretações, provocando discussões sobre a função de *compliance* e da auditoria interna. Segundo o autor, são finalidades da Auditoria de *Compliance* e da Auditoria Interna, respectivamente:

- (A) Avaliar todos os riscos de controle e atuar sobre os Dirigentes da entidade.
- (B) Assessorar os Dirigentes e analisar todos os riscos regulatórios da entidade.
- (C) Certificar o cumprimento de normas e analisar todos os riscos da entidade.
- (D) Verificar as questões passadas e tratar sobre questões futuras da entidade.
- (E) Analisar todos os riscos da entidade e analisar riscos regulatórios da entidade.

18 A Lei Municipal nº 3.133/2015 autorizou o Poder Executivo Municipal de Niterói a instituir a Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, e estabeleceu que o Poder Executivo Municipal poderá ceder pessoal para a Fundação, sem ônus para a origem. O Estatuto da FeSaúde, em seu artigo 53, trata de regras relativas ao custo decorrente da citada cessão. De acordo com as regras acima, é correto afirmar que o custo decorrente da cessão será:

- (A) Integralizado no contrato de gestão, bem como indicada a respectiva forma de compensação.
- (B) Transferido, mensalmente, ao Poder Executivo, assim como deverá indicar a atribuição.
- (C) Integralizado no contrato de gestão, sem que estabeleça a respectiva forma de compensação.
- (D) Transferido, anualmente, ao Poder Executivo, sem que estabeleça a respectiva forma de compensação.
- (E) Transferido, semestralmente, ao Poder Executivo, bem como indicada a respectiva forma de compensação.

19 O Estatuto da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, Decreto Municipal nº 13.323/2019, estabelece que a Fundação poderá celebrar acordos, contratos, convênios e outras espécies de ajustes com Municípios, Estados e a União e em seu artigo 38, determina que os convênios celebrados com órgãos e entidades públicas que integram o Sistema Único de Saúde, nas esferas federal, estadual ou municipal deverão observar:

- (A) As regras da regionalização das ações e dos serviços de saúde.
- (B) Os planos municipais e ações de saúde previstas pela Fundação.
- (C) As diretrizes traçadas para ações e serviços de saúde privados.
- (D) As metas planejadas pela comunidade local para serviços médicos.
- (E) Os critérios de gestão aprovados na Fundação para ações de Saúde.

20 A Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, de acordo com o artigo 39 do Decreto Municipal nº 13.323/2019, “...deverá investir, anualmente, uma parcela de suas receitas próprias na qualificação, desenvolvimento e publicização de suas atividades, em especial em ações destinadas à inovação tecnológica, modernização

administrativa, qualificação do processo de trabalho, educação permanente de pessoal, pesquisa, adequação mobiliária e imobiliária e comunicação social”. Essa parcela deverá corresponder a um percentual de suas receitas próprias. Marque a opção correta:

- (A) No mínimo 3%.
- (B) No mínimo 5%.
- (C) No mínimo 6%.
- (D) No máximo 5%.
- (E) No máximo 10%.

21 Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TI, aplicada à auditoria interna, esta deve assessorar a administração da entidade, no trabalho de prevenção de fraudes e erros. Quando, no decorrer de seu trabalho, se deparar com quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades, o auditor interno deverá:

- (A) Discutir sobre as irregularidades com os Conselhos Administrativo e Fiscal da entidade.
- (B) Apresentar, de maneira reservada, ao responsável pela contabilidade da entidade.
- (C) Informar à administração da entidade, sempre por escrito e de maneira reservada.
- (D) Comunicar, publicamente, as irregularidades detectadas e os respectivos envolvidos.
- (E) Registrar, no relatório final da auditoria, apresentando-o ao Conselho Fiscal da entidade.

22 A partir da Lei nº 4.320/1964, foram estabelecidas regras, para as finanças públicas, que trouxeram impactos nos registros e demonstrações da contabilidade aplicada ao setor público, levando à expedição de normas com enfoque nos princípios orçamentários. Um exemplo desse procedimento é que “nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações são identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais”, o que se refere ao princípio orçamentário do(a):

- (A) Equilíbrio.
- (B) Anualidade.
- (C) Universalidade.
- (D) Orçamento bruto.
- (E) Especificação.

23 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inovou, em questões orçamentárias, retornando ao Poder Legislativo o direito de propor emendas ao orçamento, reforçando o elo entre planejamento e orçamento. Neste contexto, em seu artigo 165, determina as leis de iniciativa do Poder Executivo, que tratarão:

- (A) Do plano partidário, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais.
- (B) Dos orçamentos Estaduais, do plano plurianual, das diretrizes nacionais.
- (C) Do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais.
- (D) Das diretrizes para renúncia de receita, do plano plurianual, do orçamento.
- (E) Dos orçamentos Municipais, do plano plurianual, das diretrizes nacionais.

24 O processo de fixação da despesa orçamentária é concluído com a autorização dada pelo poder legislativo, por meio de aprovação de lei que trata do orçamento, ressaltando-se que no decorrer de sua vigência, pode haver necessidade de abertura de créditos adicionais, que se classificam em:

- (A) Adicionais, extraordinários e suplementares.
- (B) Extraorçamentários, suplementares e especiais.
- (C) Orçamentários, especiais e extraorçamentários.
- (D) Suplementares, especiais e extraordinários.
- (E) Financeiros, suplementares e extraordinários.

25 A edição das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) e das Normas Brasileiras de Contabilidades Técnicas Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, juntamente com a necessidade de atendimento à exigência de consolidação nacional das contas públicas, esta última, constante da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, tiveram como consequência importantes transformações na Contabilidade aplicada ao setor público no Brasil, entre elas a elaboração de um plano de contas, com abrangência nacional. Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional editou o Plano de Contas aplicado ao

Setor Público (PCASP), que tem como um de seus objetivos:

- (A) Segregar os registros dos fatos de natureza orçamentária e atos patrimoniais.
- (B) Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- (C) Permitir a consolidação nacional das contas das entidades sem fins lucrativos.
- (D) Contribuir para a consolidação e racionalização de custos das organizações sociais.
- (E) Proporcionar a transparência dos atos da gestão fiscal e das entidades sociais.

26 Para a aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a modalidade de licitação denominada pregão, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que poderá ocorrer com a utilização de recursos de tecnologia da informação. De acordo com as determinações legais, esta modalidade de licitação poderá ser adotada para a aquisição de:

- (A) Bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser, objetivamente, definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- (B) Serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade não possam ser definidos anteriormente, exigindo especificações após o procedimento técnico.
- (C) Serviços especiais, cujas especificações não possam ser, objetivamente, definidas em editais de outras modalidades de licitação, e são usuais no setor.
- (D) Bens e serviços produzidos ou prestados por microempresas, que comprovem cumprimento de reserva de cargos que atendam à legislação e ao mercado externo.
- (E) Obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.

27 Nas licitações de registro de preços destinadas à aquisição de bens e serviços comuns, da área de saúde, a modalidade do pregão, inclusive por meio eletrônico, poderá ser adotada pelos Municípios, admitindo-se, quando o quantitativo total, estimado para a contratação ou fornecimento, não puder ser atendido pelo licitante vencedor, a:

- (A) Chamada dos licitantes excluídos do certame realizado para a aquisição em questão, desde que os mesmos aceitem praticar o preço da proposta vencedora e atendam ao quantitativo restante.
- (B) Complementação da aquisição, por licitante estranho ao procedimento, tendo em vista que, em casos excepcionais, poderão ser registrados outros preços, diferentes da proposta vencedora, desde que sejam fornecidos objetos de desempenho superior.
- (C) Aquisição, por novo procedimento licitatório, na modalidade de convite, mesmo que o valor total previsto para esta modalidade seja extrapolado, desde que o licitante vencedor aceite praticar o mesmo preço da proposta vencedora no pregão encerrado.
- (D) Concorrência entre os licitantes necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo, não sendo necessário respeitar a ordem de classificação dos mesmos, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.
- (E) Convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para atingir a totalidade do quantitativo, respeitada a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.

28 Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC, que trata da apresentação das demonstrações contábeis, estas são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade, que deve apresentar, com igualdade de importância, todas as demonstrações que façam parte do conjunto completo de demonstrações contábeis. São parte desse conjunto as seguintes demonstrações contábeis:

- (A) Demonstrações das origens e aplicações, demonstrações do fluxo de caixa do período, demonstração das mutações do Ativo Líquido do período.

- (B) Balanço Patrimonial ao final do período, demonstração do resultado do período, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período.
- (C) Demonstração do resultado abrangente do período, balancete geral do último mês do período, demonstração do resultado do período.
- (D) Balanço Orçamentário e Demonstração do fluxo de caixa do último mês do exercício e a demonstração do resultado do período.
- (E) Balanço Financeiro do final do período, demonstração do resultado e a demonstração das mutações do Ativo Líquido do período.

29 As disposições da Lei Complementar nº 101/2000, que estatui normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, se aplicam à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, abrangendo inclusive as respectivas administrações indiretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. De acordo com a citada Lei Complementar, é adotada a seguinte definição para dívida pública consolidada ou fundada:

- (A) Pactuação conjuntural de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada, no país ou no exterior, com resgate não superior a doze meses e por execução fiscal.
- (B) Parte do conjunto da dívida pública da União, representada por ações nominais e títulos da União, inclusive os emitidos pelo Banco Central do Brasil, Estados e Municípios, com resgate previsto para doze meses.
- (C) Compromisso assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores da venda de bens, com resgate superior a trinta e seis meses.
- (D) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

(E) Operação relativa à emissão de títulos para pagamento do principal, acrescido de juros e da atualização monetária, excluídos os encargos acessórios sem compensação, com resgate não superior a doze meses, considerados os títulos e operações compromissadas.

30 A Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD), a que são obrigadas as pessoas jurídicas e equiparadas, sobre a forma e o prazo de sua apresentação, dispondo, em seu artigo 2º, que a escrituração contábil digital compreenderá a versão digital dos livros:

- (A)** Diário; Razão; Balancetes Diários, Balanços e lançamentos comprobatórios dos assentamentos com os valores nominais do período, ordenadamente apurados anualmente e transcritos.
- (B)** Diário; Razão e seus auxiliares; Caixa, quando houver; Diários, Balanços e Razonete com os lançamentos comprobatórios dos assentamentos neles transcritos.
- (C)** Diário e seus auxiliares, se houver; Razão e seus auxiliares, se houver; Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
- (D)** Diário, excluindo seus livros auxiliares; Razão; Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórios dos assentamentos neles transcritos.
- (E)** Diário e seus auxiliares, se houver; Caixa, excluindo seus auxiliares, Balancetes Diários, Balanços e razonetes de lançamentos dos assentamentos mensais neles transcritos.

31 A Escrituração Contábil Digital (ECD) deve ser gerada por meio do Programa Gerador de Escrituração (PGE), desenvolvido pela Receita Federal do Brasil que, conforme estabelece o artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.774/2017, possui funcionalidades a serem utilizadas no processamento da escrituração contábil digital, constando entre elas a:

- (A)** Transmissão para o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.
- (B)** Importação para a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

(C) Recuperação para a Guia de Recolhimento do FGTS - GFIP.

(D) Conciliação para o Sistema da Receita Federal do Brasil - RFB.

(E) Exportação para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

32 As organizações públicas, incluindo as entidades da Administração Indireta, estão entre os empregadores obrigados a enviar informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais, por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial. Esse projeto do governo federal, conforme o Manual de Orientação 2019, Versão 2.5.01, “não altera as legislações específicas de cada área, mas apenas cria uma forma única e mais simplificada de atendê-las”. O eSocial tem entre os seus princípios:

- (A)** Tentar evitar inconsistências nos dados transmitidos pelas pessoas físicas e jurídicas obrigadas.
- (B)** Reconhecer a legalidade dos fatos fiscais informados por pessoas físicas e jurídicas obrigadas.
- (C)** Eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas obrigadas.
- (D)** Permitir a não seletividade nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas obrigadas.
- (E)** Difundir o cálculo de débitos tributários transmitidos por pessoas físicas e jurídicas obrigadas.

33 A Administração Pública Municipal de Niterói, com fundamento no artigo 37, § 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil, contratará a Fundação Estatal de Saúde - FeSaúde, para realização das atividades relacionadas à sua finalidade legal, por meio da celebração de contrato de gestão. O Estatuto da Fundação Estatal de Saúde Niterói – FeSaúde, Decreto Municipal nº 13.323/2019, em capítulo específico, trata da celebração de contrato de gestão, determinando obrigações e responsabilidades a serem cumpridas pela FeSaúde. Assinale a opção que está em **DESACORDO** com o citado Decreto.

- (A) O contrato de gestão será avaliado anualmente, dentro dos critérios e metas estabelecidos no próprio contrato de gestão.
- (B) Caberá à FeSaúde promover a ampla divulgação, por meios físicos e eletrônicos, dos relatórios anuais sobre a execução de contratos de gestão, que contemple demonstrativos da realização financeira e dos devidos registros contábeis.
- (C) A Diretoria Executiva, responsável pelo acompanhamento e cumprimento global dos contratos de gestão, deverá nominar os responsáveis pelo cumprimento parcial das metas contratuais, para efeito de definição de responsabilidades.
- (D) O Plano Plurianual deverá conter os objetivos e metas quantificados e aprezados, os indicadores de desempenho e, ainda, se desdobrar em Planos de Atividades anuais, com seus respectivos orçamentos.
- (E) A FeSaúde apresentará aos contratantes, somente ao término de cada contrato específico, relatório pertinente à execução do contrato.

34 Segundo Silva (2011 p. 98), a linguagem da escrituração contábil de qualquer entidade tem, como núcleo, seu plano de contas, que reúne as expressões que se associam aos diversos conjuntos de elementos patrimoniais, tendo cada um deles uma função específica. Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP, a mudança do foco orçamentário para o foco patrimonial causou impactos no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP,

que passou a apresentar a estrutura dividida em:

- (A) 3 (três) classes, com as contas identificadas por códigos com 6 (seis) níveis de desdobramento, compostos por 9 (nove) dígitos.
- (B) 5 (cinco) classes, com as contas identificadas por códigos com 9 (nove) níveis de desdobramento, compostos por 9 (nove) dígitos.
- (C) 7 (sete) classes, com as contas identificadas por códigos com 8 (oito) níveis de desdobramento, compostos por 9 (nove) dígitos.
- (D) 8 (oito) classes, com as contas identificadas por códigos com 7 (sete) níveis de desdobramento, compostos por 9 (nove) dígitos.
- (E) 9 (nove) classes, com as contas identificadas por códigos com 3 (três) níveis de desdobramento, compostos por 9 (nove) dígitos.

35 O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), é considerado como ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade. No PCASP, as contas contábeis são apresentadas segundo a natureza das informações que evidenciam, estando o mesmo estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

- (A) Extraordinária, de Controle e Patrimonial.
- (B) Patrimonial, Orçamentária e de Controle.
- (C) Orçamentária, Financeira e de Controle.
- (D) Patrimonial, Financeira e Extraordinária.
- (E) Especial, Orçamentária e de Compensação.

36 Ao tratar das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) registra que a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, determinando ainda, que em consonância com as disposições legais conjugadas às contidas na NBC TSP 11, o conjunto de Demonstrações

Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP é composto, entre outras, pelas seguintes demonstrações:

- (A) Demonstração do Fluxo de Caixa; Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.
- (B) Demonstração dos Restos a Pagar Processados; Balanços Financeiro, Patrimonial e Geral.
- (C) Balanços Patrimonial, Orçamentário e Fiscal e Demonstração da Variação do Ativo Líquido.
- (D) Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Movimentações da Variação de Caixa.
- (E) Demonstração do Fluxo de Caixa; Balanços Nacional, Patrimonial, Financeiro e Orçamentário.

37 A Lei Federal nº 4.320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, dispondo, em seu artigo 35, que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas. Relativamente ao exercício financeiro, esta lei estabelece que:

- (A) Ficará à critério da gestão.
- (B) Coincidirá com o ano civil.
- (C) Coincidirá com um semestre.
- (D) Ficará a critério do Município.
- (E) Será opção de cada Governo.

38 O Fundo de Garantia por tempo de Serviço - FGTS, previsto no artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal/1988, é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais. A Lei nº 8.036 de 1990, dispõe sobre o FGTS e determina que os empregadores devem depositar 8% sobre a remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, em conta bancária vinculada, até o dia 07 de cada mês. São consideradas parcelas (verbas) componentes da remuneração, para fins de cálculo do valor a ser recolhido:

- (A) O valor fixo estipulado como salário, a ajuda de custo e o auxílio-alimentação, mesmo quando não pago em dinheiro.
- (B) A importância paga, habitualmente, a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação e as diárias para viagem a serviço.

- (C) O prêmio ou abono pago ao empregado, mesmo que não incorporado ao contrato de trabalho e ajuda de custo habitual.
- (D) As gratificações legais, a importância paga como diárias para viagem e as comissões pagas pelo empregador.
- (E) O salário, compreendido como a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.

39 O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), conforme manual de orientação versão 2.5.01, é um projeto do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 8.373/2014, que permite aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização das informações para fins:

- (A) Sociais e econômicos, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o PIS/PASEP.
- (B) Sociais e econômicos, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.
- (C) Trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o PIS/PASEP.
- (D) Trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.
- (E) Trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o Imposto de Renda - IR.

40 Considerando que a relevância e a compreensibilidade são características qualitativas da informação contábil, o que, em conjunto com outros atributos, as tornam úteis para os seus usuários, dando suporte para a prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão, há que se ter um tratamento cuidadoso com as informações relevantes, sabendo que a ocultação das mesmas pode ser causada por situações como:

- (A) Os eventos agregados de forma adequada.
- (B) A elaboração e inclusão de notas explicativas.
- (C) O uso de uma linguagem vaga ou pouco clara.
- (D) A divulgação das demonstrações contábeis.
- (E) As informações serem fidedignas e relevantes.

41 A exigência de evidenciação dos fenômenos patrimoniais e a necessidade de padronização da contabilização dos atos e fatos administrativos, impulsionadas pela evolução das finanças públicas e significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais, culminaram com a edição, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com abrangência nacional, e que estabelece normas que se aplicam:

- (A)** Obrigatoriamente, às entidades do setor público, compreendidas entre elas os governos municipais e seus respectivos poderes, órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público).
- (B)** Opcionalmente, às entidades do setor público, excluindo-se os governos nacional (União), estaduais, distrital (Distrito Federal) e municipais e seus respectivos poderes, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público) e fundos.
- (C)** Obrigatoriamente, às entidades sem fins lucrativos, mesmo que não utilizem recursos públicos no cumprimento de suas finalidades, sendo compreendidas, entre elas, as organizações sociais, fundações privadas e as municipais.
- (D)** Opcionalmente, às entidades do setor público, compreendidas, entre elas, os governos municipais e seus respectivos órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público).
- (E)** Obrigatoriamente, às organizações sociais sem fins lucrativos e, opcionalmente, às entidades do setor público, compreendidas entre elas, os governos municipais e seus respectivos poderes, órgãos, secretarias, departamentos e fundações.

42 As fundações públicas de direito privado, por integrarem a administração pública indireta, sujeitam-se ao controle e à fiscalização do sistema de controle aplicado ao setor público, estando sujeitas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Consoante essa obrigatoriedade, de acordo com a lei municipal de criação, a Fundação

Estatual de Saúde de Niterói – FeSaúde fez constar de seu Estatuto a obrigatoriedade de:

- (A)** Apresentar a prestação de contas à apreciação, somente do Tribunal de Contas da União - TCU, que verificará o cumprimento de suas obrigações e metas, pactuadas no contrato de gestão, bem como demais aspectos de sua gestão técnica, econômica e financeira, relativas a cada exercício fiscal.
- (B)** Submeter à apreciação dos órgãos de controle interno do Município, ao Conselho Municipal de Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas do cumprimento de suas obrigações e metas, pactuadas no contrato de gestão, bem como demais aspectos de sua gestão técnica, econômica e financeira, relativas a cada exercício fiscal.
- (C)** Fornecer aos órgãos de controle interno do Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho Estadual de Saúde a prestação de contas do cumprimento de suas obrigações e metas, pactuadas no contrato de gestão, bem como demais aspectos de sua gestão técnica, econômica e financeira, relativas a cada exercício fiscal.
- (D)** Expor, mensalmente, ao órgão de controle interno da União e ao Conselho Municipal de Saúde, prestação de contas parcial, contendo o cumprimento de suas obrigações e metas, pactuadas no contrato de gestão, bem como de sua gestão técnica, econômica e financeira, executadas em cada exercício fiscal.
- (E)** Sujeitar-se às regras dos órgãos de fiscalização da Receita Federal do Brasil - RFB e apresentar a prestação de contas dos contratos, convênios e termos de parceria, assim como do contrato de gestão, assinado com o Município, à Secretaria de Saúde e à Fundação Municipal de Saúde dentro do exercício fiscal.

43 O planejamento é uma etapa primordial para o desenvolvimento do trabalho de auditoria interna, compreendendo os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos. Estão entre os fatores relevantes na execução dos trabalhos e que devem ser, especialmente, considerados no planejamento da auditoria, conforme consta da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TI 01:

- (A) Os riscos financeiros relacionados à oportunidade e à extensão dos contratos, especificamente na seleção de especialistas contratados para a área de auditoria interna.
- (B) O momento adequado e as determinações do gerente de contabilidade, alinhados com os procedimentos de controles internos e com a gestão da entidade.
- (C) A política de tecnologia e de comunicação de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que não estejam no âmbito da gestão de riscos da auditoria interna.
- (D) As prestações de contas aprovadas, verificando a extensão e adequação dos trabalhos efetuados em auditorias independentes contratadas, anteriormente, pela entidade.
- (E) A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade.

44 De acordo com seu Estatuto, a Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde e em consonância com as diretrizes e Políticas Públicas de Saúde do Município, Estado e União, tem a finalidade de desenvolver ações e serviços do cuidado em saúde, na Atenção Básica. Visando resguardar esse compromisso, a FeSaúde, deve se organizar e funcionar, de acordo com princípios e normas estabelecidos em seu Estatuto, entre os quais, consta:

- (A) Observância estrita aos princípios e diretrizes do Sistema Federal de Saúde Suplementar, sendo vedada a distribuição de superávit do exercício aos gestores.
- (B) Autorização para a distribuição de parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a título de vantagem ou participação nos resultados, à Diretoria Executiva.

- (C) Preservação dos interesses da Fundação, na prestação de serviços de saúde, de acordo com a sua finalidade, não havendo garantia de remuneração aos Conselheiros.
- (D) Vedação da distribuição de parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a título de vantagem, lucro ou participação nos resultados, aos seus Diretores.
- (E) Permissão, visando à garantia da prestação dos serviços à população, para distribuição de parcela dos resultados aos servidores cedidos pelo Município.

45 As notas explicativas estão incluídas no conjunto completo de demonstrações contábeis e, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade – NBCTG26 (R5), “contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis” e “informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis”. Consoante o que dispõe essa norma, é correto afirmar que a entidade **NÃO** pode:

- (A) Oferecer, por meio de notas explicativas, descrições, narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nas demonstrações contábeis do período.
- (B) Apresentar notas explicativas que compreendam as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas, adicionais em relação às apresentadas nas demonstrações contábeis.
- (C) Retificar políticas contábeis inadequadas, por meio da divulgação das políticas contábeis utilizadas, ou por meio de notas explicativas ou qualquer outra divulgação explicativa.
- (D) Declarar, nas notas explicativas, de forma explícita e sem reservas, a conformidade das demonstrações contábeis com as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC.
- (E) Divulgar rubricas adicionais às contas apresentadas (subclassificações), classificadas de forma adequada às operações da entidade, nas notas explicativas.

46 O trabalho pelo qual o auditor independente busca obter evidências apropriadas e suficientes, para expressar sua conclusão é denominado trabalho de asseguaração. Esse procedimento tem como objetivo aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015, em um trabalho de asseguaração, existem cinco elementos, sendo eles:

- (A) Relacionamento entre três partes, envolvendo o auditor independente, a parte responsável e os usuários previstos; objeto apropriado; critérios adequados; evidências apropriadas e suficientes e relatório de asseguaração escrito de forma apropriada.
- (B) Consultor que está prestando o serviço; cliente que está recebendo o serviço; objeto apropriado; trabalho desenvolvido e auditor, que deve ter uma garantia razoável de que as demonstrações serão elaboradas de acordo com o relatório financeiro.
- (C) Resultado da mensuração; avaliação do objeto; conclusão sobre a eficácia do controle interno; avaliação da eficácia do processo de controle interno da entidade, e critérios aplicáveis à mensuração de desempenho da entidade.
- (D) Mensurações de desempenho específicas à entidade; mensuração de vários aspectos de desempenho; metodologias de mensuração aplicáveis, apresentação de protocolos e relatório de asseguaração, escrito de forma apropriada e suficiente.
- (E) Declaração sobre o cumprimento; avaliação do cumprimento da entidade; lei ou regulamento; resultado da mensuração ou avaliação do objeto e auditor independente que obtém evidências, adequadas e suficientes para a sua conclusão e finalização.

47 Segundo Castro (2018) “os controles atuam em tempos e formas diferentes, mas voltados para resultados comuns, visando assegurar a conformidade da atividade a determinadas regras ou normas”. Conforme Castro, na Administração Pública, quanto ao momento em que é exercido, os controles são divididos, no tempo, em:

- (A) Posterior, anterior e operacional.
- (B) Concomitante, interno e externo.
- (C) Gerencial, operacional e normativo.
- (D) Contábil, normativo e subsequente.
- (E) Prévio, concomitante e subsequente.

48 A atualização das diretrizes dos procedimentos de auditoria interna governamental tem, entre seus propósitos, agregar valor à gestão, melhorar a governança, proteger o valor organizacional das instituições públicas e o gerenciamento de riscos. Segundo Castro (2018), o universo de risco pode ser desdobrado em três níveis. São eles:

- (A) Tendência de cada risco, qualidade das informações para o processo decisório e riscos operacionais.
- (B) Fatores relativos à materialidade, ao ambiente externo e os relacionados ao ambiente operacional.
- (C) Aspectos relativos à relevância e à criticidade e riscos relacionados aos ambientes interno e externo.
- (D) Riscos relacionados ao ambiente externo, ao ambiente operacional e os relacionados com informações.
- (E) Elementos de análise de risco, análise de risco e riscos relacionados à probabilidade de alguma ameaça.

49 Às entidades, sem finalidade de lucro, aplicam-se os princípios fundamentais de contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Norma Brasileira de Contabilidade CTG 2001 (R3) “define as formalidades da escrituração contábil em forma digital, para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)” e, no que trata do registro contábil, determina que contenha o número de identificação do lançamento,

relacionado ao respectivo documento, de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem os fatos patrimoniais e, ainda:

- (A) A moeda de escrituração deve ser a do país de origem do fato contábil.
- (B) O lançamento contábil deve ter como origem um único fato contábil.
- (C) Da escrituração contábil digital devem constar apenas contas com saldo.
- (D) Na estrutura do plano de contas devem constar no mínimo 3 (três) níveis.
- (E) No Balanço Patrimonial não é necessária a assinatura digital do contabilista.

50 Conforme a Lei Municipal nº 3.133/2015, que autorizou o Poder Executivo do Município de Niterói a instituir a Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, as receitas decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde ou de qualquer outro serviço próprio às suas finalidades estatutárias, mediante contrato de gestão com entes públicos,

- (A) deverão ser consideradas como auxílio público, constituindo-se em receita própria da FeSaúde devido à sua origem.
- (B) serão consideradas como recursos de subvenção ou auxílio, tendo em vista a origem da fonte de recursos municipais.
- (C) não serão consideradas como recursos de subvenção ou auxílio público, constituindo-se receita própria da FeSaúde.
- (D) poderão ser reconhecidas como contribuição recebida, constituindo-se em subvenção ou receita própria da FeSaúde.
- (E) não deverão ser consideradas como receita própria da FeSaúde, constituindo-se em transferência intergovernamental.

